

O IDEÁRIO REPUBLICANO E A EDUCAÇÃO: O ENSINO EM CAMPINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX *

Carmen Sylvia Vidigal MORAES **

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo focalizar a educação escolar, em Campinas, nas últimas décadas do século XIX, de forma que as realizações educacionais nesta cidade sejam entendidas como parte da estratégia política de um grupo representante da fração economicamente mais poderosa da classe dominante (fazendeiros de café do oeste paulista) que, aliada do poder, almejava ter acesso a ele com a vigência do Estado Republicano.

Dividiu-se esta exposição, basicamente, em duas partes. Na primeira, após um rápido diagnóstico da educação na Província de São Paulo, procura-se analisar a situação do ensino público e privado em Campinas. Na segunda parte, propõe-se averiguar como se expressa a ação educativa dos republicanos no que diz respeito à organização e funcionamento do "Culto à Ciência", instituição particular, de nível secundário, por eles criado em 1874.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino particular. Instituição popular. Ensino secundário. Projeto político republicano.

I — INTRODUÇÃO

Esta exposição tem por objetivo focalizar a educação escolar, em Campinas, nas últimas décadas do século passado.

Os anos de 70 e 80, que coincidem com a derrocada do Império, podem ser vistos como um momento extremamente significativo para a identificação dos rumos assumidos pela política nacional nos períodos posteriores.

O final do século XIX caracteriza-se pela profunda e vigorosa discussão a respeito das "limitações" do governo imperial e a conseqüente formulação de uma proposta política alternativa. O que se observa é a busca da legitimidade da fala republicana.

* Este trabalho apresentado na II Semana de Estudos sobre História de Campinas, no Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Campos Salles", Secretaria de Estado da Cultura, Campinas, em outubro de 1985, foi parcialmente modificado para constar nesta publicação.

** Professora Assistente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. Faculdade de Educação. USP.

Como se sabe, antes da Proclamação da República, São Paulo assumiu o primeiro lugar na produção brasileira do café, com o espetacular avanço da cafeicultura no chamado Oeste Paulista. A nossa investigação desenvolve-se em um período no qual a região polarizada por Campinas é o novo eixo econômico de expansão do café.

Convém lembrar que participaram das mais representativas lideranças políticas brasileiras, geradas nesse momento inicial da pregação republicana, um número bastante significativo dos quadros políticos da região cafeeira, particularmente de Campinas, os quais integrariam, posteriormente, o aparelho de Estado.

Foi intensa a militância política dos representantes desse setor dominante responsável pela fundação do Partido Republicano. Maçons, utilizavam-se da Maçonaria como verdadeiro partido político; fundaram a "Gazeta de Campinas" e, depois, o jornal "A Província de São Paulo" para veiculação do debate político; além de comporem a direção dos clubes e associações culturais, criaram escolas noturnas para alfabetização de adultos (para trabalhadores livres e escravos); organizaram a Associação dos Lavradores com o objetivo explícito de conscientizá-los da defesa de seus interesses de classe e convencer os mais desavisados dos problemas econômicos a serem enfrentados, da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Através do Clube da Lavoura reivindicaram do governo imperial a criação de "escolas agrícolas" consideradas necessárias à formação de pessoal qualificado para a lavoura.

No que se refere aos assuntos educacionais, esses anos são expressivos nas tentativas de sistematização da política escolar a ser adotada.

A crítica republicana, numa denúncia global às instituições monárquicas, apontando a farsa constitucional do regime vigente, expressa como sua tarefa fundamental a intenção de ser um governo do povo. Identificando-se a si mesmo como a nação, o grupo republicano, pertencente aos setores economicamente dominantes, irá dar importância primordial à difusão do saber para que todos os homens adquiram consciência dos seus direitos e deveres e tornem-se livres, cidadãos do novo Estado a ser constituído.

Em Campinas, a ação desses republicanos não se limitou à crítica da situação do ensino existente. Se não foram os únicos responsáveis pelas realizações na área educacional, delas participaram, ainda que indiretamente, apoiando a iniciativa particular na criação de inúmeras escolas de estudos primários e secundários.

Entretanto, não lhes bastou referendar apoio político e financeiro às instituições particulares ou compor o corpo docente de muitas delas. Associaram-se para criar o seu próprio Colégio e o fizeram sem ao menos visar fins lucrativos. Assim surge, em 1869, o "Culto à Ciência", fundado por uma Associação Benemerita, constituída por elementos de vanguarda dos

fazendeiros de café, por comerciantes e intelectuais da época que se afirmavam positivistas, maçons e republicanos.

Muitos desses idealizadores e mantenedores do "Culto à Ciência", que se tornaram figuras decisivas nos primeiros governos republicanos — como é o caso de Campos Salles, Francisco Glycério, Américo Brasiliense, Prudente de Moraes Barros e outros — influenciaram decididamente, através de sua enérgica atuação, nos rumos assumidos pela educação escolar não só na Campinas do fim do século como, após a implantação da República na definição da política educacional adotada na Província de São Paulo e a nível federal.

Propõe-se, portanto, a tratar do ensino em Campinas, no período designado, de forma que as realizações educacionais sejam entendidas, *não* como realizações isoladas nesta cidade, mas, como parte da estratégia política de um grupo representante da fração economicamente mais poderosa da classe dominante que, alijada do poder, almejava ter acesso a ele com a vigência do Estado Republicano.

Os dados, as informações e as análises a respeito dos acontecimentos históricos aqui tratados, fazem parte de um trabalho mais amplo de pesquisa realizado para obtenção do título de Mestre em Educação na FEUSP, e que se intitula "O Ideário Republicano e a Educação. O Colégio 'Culto à Ciência' de Campinas (1869 a 1892)".

A seguir, serão apresentadas algumas interpretações possíveis, elaboradas no desenvolver dessa pesquisa, a respeito do papel da educação no ideário republicano e da ação educativa do grupo campineiro em estudo.

II — A CIDADE E A PROVÍNCIA

Uma primeira imagem de Campinas dos fins do século XIX surge das páginas do Almanaque da Cidade para o ano de 1871, nas palavras de Francisco Quirino dos Santos:

O curioso que deseja ver esta terra, saindo de Jundiá, caminha quatro léguas para se achar erguido de repente a uma imensa esplanada coberta em todos os pontos de verdejantes cafezais. Ao longe abrem-se os horizontes límpidos para uma perspectiva encantada: parece que dali desenha a opulenta natureza um vulto grandioso a todos os belos sonhos da vida. A vista vai se perdendo, perdendo entre os contornos azuis da atmosfera afogueada onde o sol rasga a prumo a doirada franja dos seus raios. E a imaginação sobe trêmula aos espaços da luz... Entretanto volvidas duas horas, pouco menos, a gente experimenta o que é um choque das nuvens abaixo quando lhe dizem, apontando dois ou três pardieiros mal acabados: "Aí está Campinas!" Quase não se distingue coisa alguma senão depois de pisar chão propriamente 'intramuros'. Depois umas casinhas airosas e em seguida as ruas e afinal a cidade, que em cheio vai-se espalmando alegre, extensa à nossa frente."

É de Campinas que parte e se expande a plantação de café que irá se alastrar pelo oeste paulista. A famosa terra roxa que qualifica o solo

dessa região será recoberta pela "onda verde" dos cafezais, a principal riqueza brasileira que chegou a ser responsável por quase 70% do valor obtido com a exportação.¹

Até 1872, aproximadamente, é ainda o porto do Rio de Janeiro que escoava 81% da produção nacional, mas a partir desta data será a Província de São Paulo a principal produtora de café, sendo que a "transformação da lavoura fora, sobretudo, prodigiosa em Campinas".²

A marcha do café implica "um universo econômico em expansão".³

E tal expansão se traduz no crescimento da cidade que se modifica fisicamente tomando uma feição nova com a construção de prédios e o novo traçado das ruas. A intensificação do ritmo da economia possibilita maior diversificação na organização do trabalho, fazendo crescer o número de casas comerciais e surgir as primeiras indústrias de pequeno porte voltadas, principalmente, ao beneficiamento do café.

A rede intermunicipal de transportes também sofre grandes transformações. Em 1866 inaugurou-se a estrada de ferro Santos-Jundiaí e, em 1867, realizava-se em Campinas a fundação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, inaugurada a 11 de agosto de 1872, tendo como um dos acionistas o fazendeiro Antônio Pompeo de Camargo, o "idealizador" e membro da diretoria da Sociedade mantenedora do Colégio "Culto à Ciência".

Segundo a imprensa da época, "o ano de 1872 foi, inquestionavelmente, o início de uma nova era", marco de três importantes acontecimentos: a organização da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, uma sociedade de nove acionistas sob a presidência do Coronel Joaquim Quirino dos Santos e com um capital de 400 contos de réis; a da Companhia Mogiana, com capital de 3 mil contos, para o prolongamento da via férrea até Mogi-Mirim, com ramal para Amparo; e o projeto de se fundar um banco agrícola com capital de 2 mil contos.⁴

Em sua "Crônica da Iluminação de Campinas", de 1951, Júlio Mariano conta que a iluminação pública foi "problema custoso, obra de vagaroso andar, evoluindo por etapas", uma causa encabeçada pela oposição como arma política contra a Monarquia "principalmente pela velha "Gazeta de Campinas", reduto francamente republicano, na pena do bacharel e poeta F. Quirino dos Santos, que muito habilmente ia atraindo para a Campanha a opinião pública."

1. PRADO, Jr., Caio — *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.
2. A. d'E. Taunay — "História do Café no Brasil", cit. por SILVA, Sérgio, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
3. GEBARA, Ademir — *Campinas — 1869/1875. Republicanismo, Imprensa e Sociedade*. FFLCH-USP, mimeografado, 1975.
4. PUPO, Celso M. de Mello — *Campinas, Seu Berço e Juventude*, publicação da Academia Campinense de Letras, n.º 20, Campinas, 1969.

A construção de estradas de ferro, extremamente necessárias para o escoamento da produção cafeeira, acelerou o crescimento da área urbana.

Pelos dados apresentados pelos Almanques de Campinas dos anos 1870 e 1872, observa-se que o comércio atacadista e o grande comércio voltado para o exterior constituem o setor urbano de maior desenvolvimento relativo.⁵

Estes fatos demonstram a força econômica que aos poucos vão assumindo os fazendeiros locais, os quais, diversificando a aplicação do seu capital, impulsionam o desenvolvimento do alto comércio.

Para melhor compreensão do nível cultural da sociedade campineira na época é preciso assinalar que no setor educacional, segundo o Almanaque de Campinas para 1870, estão matriculados 700 alunos (570 nas escolas urbanas e 130 nas rurais), encontrando-se em 1872, um total aproximado de 890 alunos (700 nas cidades e 130 nas fazendas). Tal número equivale a um aumento de 190 alunos em dois anos.

Se, como vimos, Campinas constituía-se, naquele momento, em notável centro comercial — atividade que exige um mínimo de alfabetização — era possível supor que os índices de analfabetismo fossem menores nesta cidade do que os apresentados para o restante da Província.⁶

Declarações feitas por Manuel Ferraz de Campos Salles, em artigo escrito especialmente para o Almanaque de 1871, vêm confirmar esta hipótese:

“Tomada por base (uma população livre de 13.000 almas), teremos somente 1.300 meninos no estado de aprender por se acharem na idade escolar, se, como ordinariamente se procede, tirarmos dez por cento sobre a população livre. Assim temos que frequentam as escolas 80% dos meninos que se acham em idade própria e apenas 16% não o fazem. Não hesitamos em afirmar que este resultado está no plano dos mais vantajosos, que têm colhido os países onde a instrução é vista como a primeira necessidade política e social. Comparado, portanto, com o que se observa em outros países, que, como o é salientemente o Brasil, deixam em pleno abandono a educação do povo, passa a ser verdadeiro prodígio o resultado que acima apontamos. O último documento oficial que se tem publicado sobre a instrução vem no “Império do Brasil na exposição universal de 1867”. Segundo o que aí se lê, diz um escrito publicado em 1869, frequentam as escolas públicas e particulares do Brasil, corte e províncias, 107.483 meninos. Segundo o mesmo documento, a população livre deste país elevando-se a 9.880.000, haverá em idade escolar, de 7 a 12 anos, 988.000 crianças, tomando-se a base de dez por cento, o que não é superior à realidade. Temos, pois, que frequentam as escolas quase um décimo apenas dos que se acham em idade própria, e 90% não o fazem. Se descermos aos algarismos parciais, continua o mesmo escrito, veremos que na Província do Rio de Janeiro, com população de 700.000 habitantes, frequentam as escolas apenas 8.400 alunos; proporção de 1 para 81.

5. Sobre isso, ver GEBARA, Ademir, *op. cit.*

6. Também a esse respeito, consultar GEBARA, Ademir, *op. cit.*

No próprio município neutro, capital do Império, com 400.000 habitantes, freqüentam as escolas 8.434 alunos, proporção de 1 para 47. Vê-se de tudo isto que sobrava-nos razão quando dizíamos que o estado da instrução em Campinas é altamente lisonjeiro. O confronto o tem mostrado de um modo edificante." (...)

Ao finalizar seu artigo, Campos Salles observa:

"Para apreciar a riqueza de uma nação, disse J. Simon, não basta contar a fertilidade de seu solo, a feliz situação de seus portos e o número de suas minas; ela pode ter tudo isto em abundância e não ser, nem rica no interior, nem poderosa no exterior, se não tem homens. A educação faz o homem; o homem faz a terra."

De fato, considerando-se como corretos os números apresentados por Campos Salles, Campinas demonstrava no ano de 1870, considerável adiantamento no setor de ensino em relação ao estado da instrução na Província de São Paulo e em todo Império.

Para apreciarmos devidamente este adiantamento de Campinas na esfera da educação escolar, detenhamo-nos, por um momento, na situação do ensino existente na Província.

Em 1867, de acordo com o relatório do Presidente Desembargador José Tavares de Bastos à Assembléia Provincial, existiam na Província de São Paulo 277 *escolas oficiais dedicadas ao ensino primário*, sendo que 169 eram escolas do sexo masculino e 108 do feminino. O total de alunos matriculados era 8.630: 5.050 alunos (3.717 freqüentes) e 2.580 alunas (2.080 freqüentes) sendo que "neste número não estão incluídos os alunos de 13 escolas de meninos e 2 de meninas cujos não foram recebidos a tempo".

O *ensino particular primário* estava distribuído por 106 escolas, "inclusive dez aulas em colégios de instrução secundária, para meninos e meninas". A matrícula de alunos somava 1.263 e a freqüência 1.087; para alunas a matrícula atingia 689 e freqüência 636, num total de 1.952 alunos matriculados (1.723 freqüentes).

Quanto ao *ensino público de nível secundário* havia quatro "aulas" de latim e francês em Mogi das Cruzes, Santos, Sorocaba e Itu, com um total de 98 alunos matriculados com uma freqüência de apenas 22. Na capital, além das aulas do curso anexo à Faculdade de Direito, existiam três aulas para o ensino de latim, de teologia dogmática e de teologia moral, com 41 alunos matriculados e 23 freqüentes.

Para o *ensino secundário particular* havia cinco internatos, sendo três na capital. Além destes estabelecimentos, a Província contava com 21 aulas: 6 de latim, 9 de francês, 2 de inglês, 2 de aritmética e geometria, 1 de retórica e 1 de história. O total de matrículas era de 245 alunos, dos quais 242 freqüentes.

Por esses dados constata-se com relação ao ensino primário, o predomínio de escolas públicas frente às particulares: havia, na Província, em

1867, uma diferença de 171 escolas a favor das escolas públicas, as quais abrigavam quase quatro vezes o total de alunos freqüentes nas escolas particulares (4.074 alunos).

No entanto, o mesmo não ocorre com o ensino público de nível secundário, que não possuía nenhuma escola regularmente montada, oferecendo apenas, em toda a Província, um ensino fragmentado em aulas avulsas de humanidades, as famosas aulas de preparatórios aos cursos superiores do Império.

Entre os anos de 1860 e 1870, o ensino primário e secundário foi declarado livre em quase todas as Províncias do Império, e, no caso particular do ensino secundário, ganhava terreno a tese da desoficialização.

Para as autoridades do governo "a minguada freqüência aos liceus não compensava a soma relativamente elevada que os mal aquinhoados cofres provinciais dispendiam com a instrução de uma elite financeiramente capaz de freqüentar os colégios particulares das Províncias ou da Corte"⁷ e, pensavam que a supressão do ensino secundário público viria a facilitar a ação dos particulares no campo da instrução.

A Lei n.º 54, de 13 de abril de 1868, e o respectivo regulamento, de 17 de abril de 1868, é que disporá a reforma do ensino na Província de São Paulo, então sob a presidência de Joaquim Saldanha Marinho. A lei instituiu a liberdade do ensino primário e secundário e a desoficialização do secundário.

A partir de 1872 e até 1884, o ensino secundário ficou reduzido, na Província, às aulas avulsas de latim e francês de Itu, lecionadas por Joaquim Mariano Costa⁸ e o ensino privado, livremente exercido, passa a ter um crescimento acentuado, principalmente o de nível secundário.

No ano de 1886, o presidente João Alfredo registra à Assembléia Legislativa que existiam na Província "27 colégios particulares de instrução primária e secundária em várias cidades e vilas e 32 aulas de primeiras letras."⁹

Estando o governo provincial, a partir de 1868, liberado do sustento de escolas secundárias era de se esperar que ocorresse considerável aumento de escolas primárias oficiais, principalmente após 1874, quando é declarado obrigatório a sua existência nas cidades e vilas.

7. MARIOTTO, M. de Lourdes — *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, EDUSP/Grijalbo, 1972.

8. BARBANTI, M. Lúcia — *Escolas Americanas de Profissão Protestante na Província de São Paulo. Um estudo de suas origens*. São Paulo, FEUSP, mimeog., 1977.

9. PRIMITIVO, Moacyr — *A Instrução e as Províncias*, vol. 2. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1939.

No entanto, não foi o que ocorreu. Se escolas foram criadas, grande parte continuava desprovida, isto é, vaga, evidenciando o despreparo dos candidatos, a maioria reprovada nos concursos para provimento das cadeiras disponíveis, e o desinteresse dos mais habilitados por essa função pública de parca remuneração.¹⁰

Na realidade, os dados mostram que, tomando-se por base o ano de 1874, em 1876, 58 escolas públicas primárias deixaram de funcionar e, em consequência, mais 783 crianças ficaram desprovidas do ensino elementar.¹¹

Embora desanimadora a situação do ensino em São Paulo, se comparado ao das demais províncias, o estado da instrução pública e, principalmente, da particular, era, no período, um dos melhores.

A destacada posição econômica, política e cultural que definitivamente Campinas assume no cenário provincial e nacional do fim do século, não passava despercebida às outras regiões do Império. Tanto é assim que a "Gazeta" faz publicar, freqüentemente, artigos procedentes de jornais das diferentes províncias e da Corte, onde se elogiavam o dinamismo dos paulistas e, em especial, dos campineiros.

Américo Brasiliense, por sua vez, vai conclamar Campinas, bem como os paulistas, os "americanos" do Brasil:

"Já alguém qualificou com toda a justiça os Paulistas — Americanos — do Brasil. Na verdade o espírito americano estereotipado na popular frase — *go ahead and never mind* — que tem sido uma das mais seguras bases da grandeza dos Estados Unidos, vivifica os filhos desta província. E entre eles, cumpre dizê-lo, são os campineiros especialmente os que têm inscrito aquele pensamento na bandeira, que desfraldaram, dos melhoramentos locais."¹²

Os campineiros empreendedores a que se refere Américo Brasiliense, não são outros senão seus companheiros de luta política contra o Governo Imperial, a maioria deles fazendeiros de café.

É importante assinalar que na Convenção Republicana de Itu, dos 133 Convencionais, 76 se declaravam "lavradores", ou seja, fazendeiros do Oeste Paulista.¹³

Convém frisar ainda que, no momento de sua propagação, o projeto liberal republicano, ao buscar legitimar-se, assinala também um momento de "tomada de consciência da classe para a classe",¹⁴ o que significa, neste

10. *Id. ibid.*

11. *Id. ibid.*

12. "GAZETA DE CAMPINAS", 12/1/1873.

13. COSTA, M. Emilia Viotti da — "O Movimento Republicano em Itu. Os Fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródromos do Movimento Republicano", In *Revista de História*, n.º 20.

14. BRESCIANI, Maria Stella — *Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um Estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. FFLCH-USP, 2 vols., mimeog., 1976.

caso, desenvolver nos seus pares a consciência inadiável da necessidade da afirmação do poder da iniciativa privada em todas as esferas da ação social, impondo-a ao poder centralizado do Estado Imperial. E na esfera educacional, pela importância que lhe é atribuída no ideário da república, fazia-se fundamental que a iniciativa particular ali marcasse sua presença, se possível, de forma predominante.

A posição liberal expressa na defesa da liberdade de ação dos particulares e na conseqüente restrição do poder do Estado — idéias que se traduzirão primeiro na bandeira da descentralização, na autonomia das províncias e, por fim, no federalismo — não ficou, como se pode observar, apenas no plano das intenções mas dirigiu o comportamento do grupo republicano de Campinas.

O ímpeto realizador destes homens atingiu os diferentes setores da economia, da política e da educação. Eram eles que encabeçavam os movimentos na lavoura, no comércio, na indústria, no ensino e no lazer.

Se alguma reunião havia, fosse qual fosse o objetivo, da subvenção, pelo governo, da mão-de-obra imigrante destinada à lavoura de café carente de braços, à construção de estradas de ferro; da iluminação das ruas da cidade à edificação da nova Matriz; da organização de sociedades beneméritas para instrução secundária como o “Culto à Ciência” às aulas noturnas para o povo; da realização de um simples baile ao acontecimento social de maior vulto como, por exemplo, a vinda de Sarah Bernardt; lá estavam eles reivindicando a realização do empreendimento.

Sua ação teceu e envolveu, como uma teia de fios longos e seguros, toda a vida social, cujos prolongamentos levaram à implantação da República.

Aliás, observa José Maria dos Santos acerca da propaganda dos republicanos de Campinas:

“A um momento dado, a ‘Princesa do Oeste’, com seus clubes, os seus colégios e os seus círculos de palestra, era um centro de atividades literárias e sociológicas que, pelo menos na pertinácia, talvez deixasse atrás São Paulo, senão mesmo o Rio de Janeiro.”¹⁵

III — O ENSINO EM CAMPINAS

1. *As Escolas Públicas e a Iniciativa Particular*

Em sua Monografia Histórica do Colégio “Culto à Ciência”, o Prof. Carlos F. de Paula dirá que até o ano de 1854 apenas três campineiros “havia conquistado a láurea de um diploma científico” e que os jovens procuravam instruir-se “em estabelecimentos de ensino da Capital da Pro-

15. SANTOS, José Maria dos — *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

víncia, no Colégio 'São João do Lageado', enquanto outros faziam seus estudos em colégios que se fundaram em Campinas, como o Colégio São João, do Prof. João Brás da Silveira Caldeira; o Colégio do Prof. João Baptista Pupo de Moraes, que funcionava na Fazenda "Laranjal" (Joaquim Egydio); as escolas dos Professores Malaquias Ghirlanda, Joaquim Roberto Alves e outros.

Claro está que os jovens a que se refere o Prof. Carlos de Paula são os poucos cujas famílias possuíam recursos financeiros para fazê-los estudar em escolas particulares, nos internatos da cidade ou em internatos de fora.

Era também costume destas famílias abastadas, em geral enriquecidas pela cultura da cana-de-açúcar e, depois, do café, contratar professores particulares para a educação dos filhos, principalmente das mulheres.¹⁶

Na década de 60 do século passado há registro da existência, em Campinas, além de inúmeras outras escolas que parecem ser de menor expressão,¹⁷ de quatro estabelecimentos particulares de ensino sob regime de internato, um destinado ao sexo masculino, dois para o feminino e outro para a educação de ambos os sexos.

O Colégio "Cezarino" ou "Perseverança", para o sexo feminino, surge em Campinas, em 1860, e era dirigido pelas suas fundadoras D.^a Bernardina e D.^a Amância Cesarino. Ensinava a ler, escrever, contar, gramática nacional e francesa, geografia, música e todas as prendas domésticas. Em 1871 contava com mais de 30 alunos.¹⁸

Encontramos referência a esse Colégio na "Gazeta de Campinas" de 29 de dezembro de 1872, em artigo que trata das solenidades de final de ano para entrega de prêmios "às alunas aprovadas com distinção nos exames". Presentes, além do Inspetor do Distrito, o Capitão Pimenta, os

16. Na Província de São Paulo, nos meados do século, "não chegaram a uma dezena os colégios de primeiras letras para meninas: 3 na Capital, 1 em Campinas (o de Vicência Bressane Duarte), 2 em Santos, 1 em São Luís do Paraitinga, 1 em Taubaté e 1 em Guaratinguetá". Quanto ao ensino secundário, parece que até a fundação do Colégio "Nossa Senhora do Patrocínio" em Itu, no ano de 1858, não existia na Província, qualquer estabelecimento feminino desse nível de instrução. Inspirado no modelo francês, este colégio oferecia 3 séries primárias e 4 secundárias de ensino regular e seriado. (Barbanti, M. Lúcia, *op. cit.*). Em seu estudo denominado "Exposição Pedagógica" e datado de 1884, o Conselheiro Leôncio de Carvalho afirma: "Pouco se cuida da educação do sexo feminino, para o qual existem em todo o país 1.315 escolas".
17. Essas escolas particulares, são as seguintes: a que tinha como Professor Joaquim Anselmo do Nascimento e Souza, vulgo "Camões" (há dúvidas se era pública ou particular); e as regidas por Manuel Delgado, Francisco Eugênio das Chagas, Antônio Martins de Oliveira, Antônio Maurício Ladeira, José Francisco de Abreu, José Alves de Souza, Francisco Wey, José Santa Teresa e Emílio Ferreira de Menezes. (Rodrigues, João L., "Subsídios para a História em Campinas", in *Monografia História do Município de Campinas, Rio de Janeiro, IBGE, 1959*).
18. *Almanaque de Campinas para 1871*, orgaizado e publicado por José Maria Lisboa, Typografia "Gazeta de Campinas", 1870.

Srs. Diogo Pupo, o Dr. Américo Brasileiro de Almeida Mello e o Sr. Manuel Ferraz de Campos Salles, os dois últimos pertencentes à Sociedade "Culto a Ciência".

Falando de improviso o Dr. Américo Brasileiro, após parabenizar "o progresso intelectual das alunas", "as habilitações profissionais da diretoria e os esforços dos professores, no desempenho dos seus cargos", aconselhou as premiadas, especialmente "as que dando por finda sua educação tinham de retirar-se do colégio para o seio de suas famílias" que "não se divorciassem dos livros" pois que "a mulher instruída é um poema de enlevos para o homem e a sociedade".

As palavras proferidas pelo Dr. Campos Salles foram assim traduzidas pela "Gazeta":

"Depois de entrar em uma ordem de considerações tendentes a demonstrar quão benéfico é o influxo, que sobre os interesses sociais exerce a difusão das luzes, fez ver quanto pode a força de vontade para os mais aproveitáveis intentos. Em prova dessa asserção (ali se) apresentava o Colégio Perseverança dirigido por uma família, que no seio das contrariedades da pobreza soube educar-se e elevar-se à nobre missão de preceptora da comidade."

Nessa ocasião, foi realizado um leilão de trabalhos feitos no colégio, os quais alcançaram "altos preços", quantia aplicada na compra da "liberdade de uma preta idosa que presta serviços ao colégio".

O Colégio "Cesarino" desaparece no final de 1876.

O outro colégio feminino, o Colégio "Florense", foi fundado em 1863 por D.^a Carolina Florense, de origem alemã.¹⁹ A escola começou com sete alunos apenas e ensinava a "ler, escrever, contar, história pátria, aritmética, geometria, desenho, música, doutrina cristã e prendas domésticas".²⁰

Em 1871, com mais de 70 alunas, entre externas e internas, a escola tinha por professores, além da diretora, D.^a Miquelina Pinto Ferraz, Padre Joaquim José Vieira, Francisco de Almeida Salles, Mlle. Laura Tell, Theodoro Iahn e Mme. Guilhermina Brodd. Figuram ainda no corpo docente os "melhores professores então conhecidos em Campinas": Dr. Francisco Rangel Pestana, Francisco Caldeira, Júlio Ribeiro, Amador Florense, Dr. João Kopke, Miguel Alves Feitosa, Dr. Hércules Florense, Dr. Campos da Paz, Theodoro Iahn e Emílio Henking.²¹

19. Carolina Florence era filha de João Henrique Krug, secretário da Associação "Culto à Ciência". Veio da Alemanha para o Brasil em 1852, com 24 anos de idade. Casou-se com Hércules Florence, que possuía pequena fazenda nas imediações de Campinas. (Rodrigues, J. L., *op. cit.*).

20. RODRIGUES, J. L. — *Op. cit.* Afirma este autor que embora Carolina Florence fosse protestante "não fazia de seu colégio instrumento de proselitismo sectário".

21. RODRIGUES, J. L. — *Op. cit.* e DUARTE Raphael — "Campinas D'Outrora", São Paulo, Tip. Andrade e Mello, 1905.

No ano de 1862, João Baptista Pupo de Moraes abre um internato para meninos na Fazenda do Laranjal a duas léguas da cidade. "Foi um dos melhores do tempo contribuindo talvez, para isso a sua situação no meio rural", afirma João Lourenço.²²

O Colégio "São João Baptista" tinha o seguinte programa: ler, escrever, contar, gramática francesa, latim, geometria e doutrina cristã.²³

Nesse colégio estudaram, como consta na "Gazeta de Campinas", Cândido Ferreira de Camargo, Francisco Teixeira, Bento Quirino dos Santos, Bernardino de Campos, Álvaro Xavier, Manuel Ferraz de Campos Salles e Avelino Antero de Oliveira Valente.²⁴

Pelas informações de Mello Pupo, o Colégio "São João Baptista" fechou suas portas quando entrou em funcionamento, em Campinas, o "Culto à Ciência".

Consta no depoimento de Raphael Duarte haver, em 1867, um total aproximado de 130 alunos matriculados nestas três escolas particulares e nas cinco "escolas régias", conforme se denominavam então as escolas públicas.²⁵

O Almanaque de Campinas para 1871 relata a existência na cidade de cinco escolas públicas primárias, sendo duas para o sexo feminino e três para o masculino, quando era então Inspetor do Distrito o Dr. Luiz Silvério Alves Cruz.

As escolas públicas elementares, para meninos, tinham como professores da primeira cadeira: Manuel da Luz Cintra, cuja escola funcionava no edifício da Matriz Nova; da segunda cadeira: Manuel Campos Penteado, professor do bairro de Santa Cruz, com aulas dadas na sacristia da igreja de Santa Cruz.²⁶

22. Como observa Raphael Duarte, *op. cit.* "Fato assaz curioso é que apesar de primária, ou quiçá por isso mesmo, primavam as nossas escolas em iniciar os seus alunos nos conhecimentos da língua latina. Qualquer deles, com efeito, conhecia de cor e saltado as declinações".

24. RODRIGUES, J. L. — *Op. cit.*

25. PUPO, Celso de Mello — *Op. cit.* Se compararmos os currículos dos colégios femininos com os dos masculinos veremos que os primeiros mostravam tentativas mais concretas no sentido de possibilitar às suas alunas uma formação básica mais completa — provavelmente porque "não tendo que preparar sua clientela para o ingresso nas academias, ainda vedadas às mulheres, tivessem mais liberdade de enriquecer o currículo tradicional" e adquirir uma feição própria, fugindo ao esquema do estudo parcelado.

26. Observando a localização das escolas públicas, em sacristias de Igrejas por exemplo, pode-se deduzir a precariedade de seu funcionamento e as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos professores. No entanto, a Lei n.º 54, de 15 de abril de 1968, era muito exigente, ao menos formalmente, quanto às condições de habilitação dos professores públicos, especificamente no caso de mulheres.

As professoras das escolas primárias públicas para o sexo feminino eram, da primeira cadeira, D.^a Maria Eugênia de Campos Penteado, e da segunda cadeira, D.^a Maria do Carmo Talman.

O currículo das escolas régias constava das matérias seguintes: leitura e escrita, noções essenciais de gramática portuguesa, princípios elementares de aritmética, sistema métrico de pesos e medidas, doutrina da religião do Estado e princípio de Moral respectiva (art. 4.º, Cap. I do Regulamento para a Instrução Pública da Província de São Paulo).

O método de ensino adotado, conforme determinação da Lei n.º 54, era o "geral ou simultâneo" (art. 63 do Regulamento); as aulas tinham duração de quatro horas, durante cinco dias da semana (arts. 7 e 8 do Regulamento).

Nessas escolas, destinadas a crianças maiores de cinco e menores de 14 anos, não se admitiam escravos e as matrículas eram feitas duas vezes ao ano, em janeiro e julho (arts. 3, 10 e 11 do Regulamento).

Com respeito às realizações dos particulares na área do ensino na cidade de Campinas ainda na década de 60, depara-se com a existência de um estabelecimento (alemão) de instrução.

Os dados estatísticos referentes à população da Província de São Paulo, publicados na "Gazeta de Campinas" em junho de 1875, mostram que a imigração alemã era segunda mais numerosa (3.731 pessoas), superando-a apenas a portuguesa (6.399 pessoas).

Pesquisas sobre a contratação de mão-de-obra européia pela lavoura cafeeira em Campinas, realizadas por Mello Pupo, indicam o predomínio da imigração alemã na década de 1850 a 1860, da francesa entre 60 e 70 e da italiana, a partir de 1870.²⁷

A numerosa colônia alemã, radicada em Campinas, distinguiu-se "no esforço de propagar a instrução não só entre os membros da colônia mas também entre os brasileiros", criando a Escola Elementar Alemã mantida a expensas da Sociedade Alemã de Instrução, dirigida pelo Dr. Huffen Baecher.²⁸

Com um programa de ensino, propagação de cultura e moral evangélica, a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura foi fundada em 17 de abril de 1863 pelos seguintes membros da colônia: Antônio Exel, Jorge Krug, Guilherme Krug, Cristiano Mayer e outros.

27. O Visconde de Indaiatuba, Joaquim Bonifácio do Amaral, presidente da Sociedade "Culto à Ciência", foi um dos primeiros fazendeiros da região de Campinas a adotar, em 1852, a mão-de-obra européia em sua Fazenda Sete Quedas. O Visconde organizou suas primeiras colônias com alemães e tirolezes.

28. RODRIGUES, J. L., *op. cit.* e DUARTE R., *op. cit.*

Pelos artigos publicados na "Gazeta" ve-se que essa escola estava organizada segundo orientações pedagógicas avançadas para a época: destinada a crianças de ambos os sexos, permitia que meninos e meninas freqüentassem as aulas reunidos em uma mesma sala — procedimento proibido nos estabelecimentos brasileiros.

Em 1871, a escola continuava sob direção de Huffen Baecher, tendo lá lecionado os Professores Theodoro Iahn, José Leopoldo Schiefferli e Pedro Jakob.

A Sociedade possuía — segundo informações do Almanaque para 1871 — uma "excelente biblioteca com 600 volumes", para uso dos alunos da escola. Pertencia-lhe, também, o cemitério dos Protestantes, bem como a sua administração. "Neste cemitério — nos diz o Almanaque — dá-se sepultura não somente aos protestantes como a todos aqueles a quem ela for negada nos cemitérios católicos, sem diferenças de religião".

Em 1931, à antiga Escola Alemã veio fundir-se a Nova Escola Alemã do Reverendo João Jakob Zink, passando a se chamar Escola "Rio Branco".

Outra escola elementar para meninos, criada pela iniciativa particular em Campinas, é a de Malaquias Ghirlanda.

Natural de São Paulo, o Prof. Ghirlanda transferiu-se para Campinas por volta de 1870, quando abriu sua escola, tendo alcançado grande fama, tanto pela capacidade quanto pela severidade.²⁹

A escola, que mantinha apenas o regime de externato, apresentava organização diversa das atuais: começava pela 3.^a série, sendo, por conseguinte, a 1.^a série a mais adiantada.³⁰

A "Gazeta de Campinas" de 29 de dezembro de 1872, notificando a realização dos exames dos alunos da Escola Ghirlanda, traz a relação dos alunos que se distinguiram e foram premiados, entre eles, Júlio Ferreira de Mesquita (o futuro diretor de "O Estado de S. Paulo), Salustiano de

29. Conta-nos a esse respeito, R. Duarte, *op. cit.*: "A sabatina do Ghirlanda era uma verdadeira máquina de bolos: desafio a qualquer ex-aluno daquele saudoso mestre que conteste essa asserção. Nenhum deles tomou só... uma dúzia! Cada um pode orgulhar-se de ter inscrito no seu ativo pelo menos dez grosas de bolos de finca-pé. Subiu o preço da marmelada, porque não havia marmelos, e não os havia porque Ghirlando lhes comprava as varas aos feixes, aos cargueiros, às carradas; consequência: não há aluno do Ghirlanda que não saiba a primor a taboada de multiplicar."

30. A notícia da "Gazeta" afirma que as provas na Escola Ghirlanda versavam sobre o seguinte: 1.^a classe: Aritmética — até proporções; português — gramática e análise; francês — gramática, tradução e análise; geografia — noções gerais; catecismo brasileiro de Ciriaco, história sagrada, leitura de Dom Jayme e escrita ditada; 2.^a classe: as quatro operações fundamentasi e suas aplicações práticas; doutrina cristã, leitura e caligrafia; 3.^a e 4.^a classes: princípios rudimentares das matérias contidas na 2.^a. ("Gazeta", 29/12/1872).

Camargo Penteado, Juvenal Gentil Salles, Antônio Celestino Soares, Francisco de Paula Pinto e Lafayette Laseazar.

Estudos recentes indicam que Malaquias Ghirlanda exerceu o magistério em Campinas por mais de quarenta anos, mas há evidências de certo exagero nessa afirmação, pois se a escola surge por volta de 1870, estando relacionada no Almanaque de Campinas para 1871, não conta, porém, no Almanaque para 1900. Na verdade, parece que o Sr. Malaquias Ghirlanda retornou a São Paulo, onde, já no regime republicano, veio a ser diretor da Caixa Econômica Estadual.³¹

Pode-se observar, nos relatos de escolas particulares de Campinas, que os exames de final do ano contavam não apenas com a presença de autoridades que os legitimavam, mas eram abertos ao público em geral e também à Imprensa, isto é, à "Gazeta de Campinas", o único jornal que funcionava na cidade até 1877.³²

Além das mencionadas cinco escolas públicas elementares e das seis particulares: três elementares e três colégios de ensino conjunto de estudos primários e secundários, criadas na década de 60 e ainda funcionando em 1870, conforme o Almanaque de Campinas para 1871, encontramos referências sobre mais quatro escolas particulares de ensino elementar, uma para o sexo feminino e três para o masculino. São elas: a escola para meninas de D.^a Antônia Eufrosina do Amaral, com vinte alunas, que ensinava, a "ler, escrever, contar, doutrina cristã, piano e prendas domésticas"; a de Firmo Antonio da Silva; a de Severiano Borges Martins da Cunha, e a escola gratuita da Loja Maçônica Fidelidade, dirigida por Pedro Ernesto d'Albuquerque e Oliveira, com 56 alunos e obedecendo o mesmo programa das escolas públicas.

O total de alunos matriculados nestas escolas, conforme já vimos, era 570, sendo 170 nos estabelecimentos públicos e 400 nos particulares.

Nos anos 70, surge, em Campinas, um novo colégio, oferecendo a alunos de ambos os sexos, o ensino seriado de estudos primários e secundários. Denominava-se Colégio "Internacional" e foi criado por dois ministros protestantes, Dr. George Nash Morton e Dr. Edward E. Lane.

31. RODRIGUES, J. C., *op. cit.*

32. A "Gazeta de Campinas", uma publicação bimensal a partir de 31 de outubro de 1869, foi criada pelo bacharel e literato Francisco Quirino dos Santos com o apoio financeiro de seu sogro, o Capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, de seu irmão, também bacharel e poeta, João Quirino dos Santos e dos amigos Jorge Miranda e Campos Salles. O jornal terá como gerente José Maria Lisboa e como redator-chefe Francisco Quirino dos Santos. Além dos já citados colaboradores, também faziam parte, circunstancialmente, do corpo de redatores Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense. A partir de 1875, o jornal transforma-se em publicação diária. (Júlio Mariano, *op. cit.*).

Até os inícios da década de 60 não houve Igreja Protestante constituída na Província de São Paulo.³³ A partir dessa época, com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, veio para o Brasil, fixando-se em Americana, uma grande colônia de americanos sulistas, onde a fundação da Igreja era sempre acompanhada de uma escola.

Em 1869, alguns desses elementos passaram à cidade de Campinas fundando a Igreja Presbiteriana e o Colégio "Internacional", o qual alcançou alto conceito, estando em funcionamento, em prédio próprio, no ano de 1874.³⁴

Ao reverendo Morton coube a direção do colégio e ao reverendo Lane a direção do Seminário Presbiteriano, que só começou a funcionar três anos mais tarde.

Afirma J. L. Rodrigues que o Colégio "Internacional" alcançou "grande voga por causa de seus métodos de ensino".³⁵ Tinha, para o curso secundário, um programa renovado não se limitando a preparar os alunos para os exames preparatórios à Faculdade de Direito de São Paulo.³⁶

"O Dr. Norton revelou-se neste particular um idealista de largo escrutínio, mas infelizmente não chegou a ser compreendido", tendo permanecido em Campinas mais ou menos até 1879, quando mudou-se para São Paulo, onde fundou o Colégio Morton. Com sua retirada, desapareceu o Colégio "Internacional", mas como seu remanescente ficou o Seminário Presbiteriano, mais tarde elevado a Faculdade de Teologia.³⁷

O currículo do Colégio "Internacional" constava das seguintes matérias: Doutrina Cristã, Matemática, Aritmética, Geometria, Álgebra, Geografia Política e Física, Química Inorgânica, Orgânica e Animal, História Pátria, História Universal, História Natural, Caligrafia, Ginástica, Retórica, Desenho, Línguas Antigas, Leitura e Composição: Latim, Grego; Línguas Modernas, gramática, leitura, composição e conversação: francês, inglês, alemão, português.³⁸

33. A legislação fazia as seguintes restrições aos requerentes para abertura de escolas elementares e secundárias estrangeiras: atestado de moralidade e aptidão e, em particular, atestado de que só leccionariam a outros protestantes e a seus filhos. (BARBANTI, M. L., *op. cit.*).

34. MELLO Pupo, *op. cit.*

35. Os pouquíssimos colégios masculinos que, nas últimas décadas do Império, procuravam dar aos alunos uma formação básica mais completa e não apenas prepará-los para os cursos superiores, emergiram dentre os instalados para atender às necessidades de instrução de jovens não católicos e de ascendência estrangeira. Tem-se, como exemplo, o Colégio "Koelle", em 1863, escola alemã na zona de Rio Claro. "Mais que as italianas ou alemãs, as protestantes foram o símbolo da renovação do ensino ministrado por particulares, como o Colégio Internacional, Campinas, em 1869." (BARBANTI, M. L., *op. cit.*).

36. RODRIGUES, J. L., *op. cit.*

37. RODRIGUES, J. L., *op. cit.*

38. "Gazeta de Campinas", 15/3/1874. Neste ano matricularam-se no Colégio 157 alunos, 117 rapazes e 40 meninas.

Fizeram parte do corpo docente, entre outros, Herman Rentschler, (Ph. LD); WmLe Conte, Emilio Henking, Júlio Ribeiro e Francisco Rangel Pestana.

Se as inovações encontradas no ensino do Colégio "Internacional" não foram compreendidos por alguns, principalmente por muitos dos pais interessados no preparo específico que garantisse aos seus filhos aprovação certa nos exames aos cursos superiores, essa não era a posição dos redatores da "Gazeta".

E quando falamos na "Gazeta" falamos de Francisco Quirino dos Santos, seu dono e redator-chefe, falamos de Campos Salles, de Américo Brasiliense, de Rangel Pestana, de Francisco Glycério e muitos outros, que podemos encontrar fazendo parte da diretoria da Sociedade "Culto à Ciência".

O jornal publicava, além dos avisos pagos, convocação e notícias aos pais dos alunos, inúmeros editoriais elogiosos ao colégio.

A 11 de março de 1879, por exemplo, F. Quirino dos Santos, contando a "brilhante festa" realizada na escola dirá:

"(...) A festa... consistiu em recitações e discurso dos alunos. É intuitiva a influência que exerce para todo o desenvolvimento intelectual o dispor-se um rapaz a falar em público. O medo, a impressão, o acanhamento que costuma tomar de vertigem ao homem feito quando não tem adquirido essa prática de tribuna tão necessária para toda e qualquer carreira literária, tudo isso desaparece de pronto quando desde a infância se expõe a gente a dominar um auditório com esta primeira força do espírito — a palavra."

Francisco Rangel Pestana fez publicar, em "A Província de São Paulo", do qual era redator, um artigo intitulado "Uma festa no Colégio Internacional", que foi transcrito pela "Gazeta", em sua edição de 1.º de julho de 1876.

Além de caracterizar bem a escola, denominar sua clientela, o autor expõe seu pensamento sobre o que acreditava ser o papel da educação:

"(...) Nessa casa de educação já se estão formando moços que se aproximam ao tipo de estudantes norte-americanos, altivos e delicados, enérgicos e respeitadores das leis sociais, muitos deles falando algumas línguas vivas e atestando assim o aproveitamento tirado do ensino prático, seguido nos primeiros anos e graduado teoricamente nos outros. (...) No Colégio "Internacional", posso afirmar, estuda-se e ensina-se convenientemente; não se trata de preparar apenas os alunos para a matrícula nas academias do Império. Os estudantes que aí fazem o seu curso de preparatórios, apesar de seguirem um programa mui diverso do recomendado pelo ensino oficial, sujeitos a exames na Faculdade, obtiveram boas notas de aprovação. Quem observar atentamente os fatos, há de reconhecer que esse colégio é um dos melhores do país."

Rangel Pestana também faz uma observação sobre a temática dos textos declamados pelos alunos:

"Neste exercício utilíssimo os alunos do "Internacional" se vão preparando para as grandiosas lutas da liberdade. Apreciando extraordinariamente o sistema de exercitar as crianças e os moços na declamação, sentimos que os trechos preferidos, se afastassem tanto das cousas da pátria, mai esse que de certo será evitado em outra ocasião." (...)

Estudaram nesta escola o jornalista Júlio Ferreira de Mesquita, o músico Carlos Gomes, Gabriel Prestes, René Barreto e Paulo de Moraes Barros, além de muitos outros.³⁹

Viu-se, nos relatos dos estabelecimentos de ensino criados por particulares em Campinas, a presença constante de elementos que compunham o grupo republicano da cidade, os quais aparecem prestigiando tais escolas, seja publicamente, seja através de artigos pela imprensa e, algumas vezes, como seus "benfeitores" ou "protetores".

No entanto, o impulso realizador desses homens não terminaria aqui.

A década de oitenta abre-se prometendo novos empreendimentos na área do ensino elementar. Na década anterior, com excessão da "Sociedade Propagadora da Instrução", fundada em 1870, tendo, entre outros objetivos, "o de sustentar uma aula gratuita de ensino primário", todos os esforços parecem estar reunidos na promoção de um ensino regular, seriado e simultâneo de estudos primários e secundários destinados a uma clientela seleta, isto é, aos jovens provenientes de famílias capazes de arcar com os custos das anuidades exigidas por Colégios do tipo do "Internacional" ou do "Culto à Ciência".

As preferências esboçadas na escolha do tipo de ensino, na organização dos currículos e na formalização dos programas e métodos educativos evidenciam a preocupação básica de formar a nova geração oriunda das frações da classe dominante, fazendo que dela surgissem representantes "capazes e competentes".

A valorização das "humanidades", a importância fundamental das "letras", recomendadas no preparo dos futuros doutores e bacharéis, mostram que, na escola, a hierarquia das disciplinas reproduz a divisão social do trabalho.

Em uma sociedade que desvaloriza as atividades manuais, destinadas a escravos e a trabalhadores pobres, as frações dominantes e aquelas que buscam os canais de ascensão, proporcionadas unicamente pelas profissões liberais às quais conduziam as academias, deveriam ter uma formação valorativa de sua posição de classe, uma educação voltada exclusivamente à "cultura geral do espírito".

Para os republicanos de Campinas, esta cultura "geral" ou universal deveria ser ampliada por uma formação propedêutica mais rica em co-

39. Gabriel Prestes foi, juntamente com Carlos Escobar e José Feliciano de Oliveira, fundador da primeira associação "de classe" do professorado público do país, nos inícios do século XX.

nhecimentos científicos admitidos ao lado dos imprescindíveis estudos literários e, ainda, pela transformação da escola secundária numa escola verdadeiramente formativa.

A ênfase num programa que abarcasse não só o costumeiro ensino "letrado" das línguas mortas, como latim e grego, mas que incluísse o ensino de línguas modernas — inglês, francês, italiano, e alemão e, principalmente, da língua e literatura nacional; os primeiros passos ainda vacilantes, mas em todo caso, dados em direção aos estudos de matérias "científicas", como a química, a física e biologia, junto às aulas de "humanidades", que também recebiam injeção renovadora nos métodos de estudo da geografia (física e política), da história e filosofia; as discussões sobre a necessidade de superação do ensino parcelado de disciplinas preparatórias aos exames para os cursos superiores por um tipo de ensino que objetivasse a formação básica do aluno num todo orgânico e coerente de estudos seriados, simultâneos e regulares; tudo isso, mais que propostas "pedagógicas" ou "metodológicas", traz à tona a preocupação dominante com o tipo de homem a ser formado ou, como se queira, faz emergir tentativas de construção de um novo ideário educacional adaptado às novas circunstâncias e aos interesses nascentes dos quais o grupo em estudo será um dos mais fortes representantes.

Não é mera coincidência, por exemplo, que Rangel Pestana e Francisco Quirino dos Santos, bem como Campos Salles e Américo Brasiliense sejam tão incisivos em valorizar o falar em público como parte do processo de instrução dos alunos dos colégios. O "dom" da oratória era uma necessidade para aqueles que, como homens públicos, teriam que fazer uso da tribuna.

A importância do ensino secundário era tal que tanto o governo do Império como os particulares reivindicavam seu controle.

Embora descentralizado a cargo das Províncias, por força do Ato Adicional de 1834 e, estando assim "impossibilitado de interferir diretamente no ensino provincial e particular", o poder central poderia reformar o ensino secundário em todo o país "alterando as condições de ingresso nos estudos superiores, dos quais detinha o monopólio".⁴⁰

Enquanto reconhecia às províncias a mais completa autonomia administrativa e didática no campo do ensino primário e médio, o governo central propunha o Colégio Pedro II como estabelecimento modelo dos estudos secundários.

O grau de bacharel em letras concedido pelo colégio oficial da Corte habilitava para a matrícula em qualquer academia do Império, independente de novos exames junto às faculdades. No entanto, os mesmos direitos não eram atribuídos aos títulos e aprovações conferidos pelos liceus provinciais.

40. HAIDAR, M. L. Mariotto, *op. cit.*

O não reconhecimento dos graus conferidos pelos liceus provinciais influíu decisivamente nos rumos do ensino secundário provincial. Os estudos seriados e regulares desaparecem gradativamente, cedendo lugar a um plano de ensino limitado às matérias preparatórias e ao antigo sistema de estudos parcelados. Muitas das províncias, seguindo o exemplo de São Paulo que em 1868 desoficializou o ensino secundário, fecharam as portas de seus liceus.

Já nos inícios da década de 70, os estudos secundários, realizados desordenada e parceladamente achavam-se quase que exclusivamente entregues à iniciativa particular, sendo possível “contar nos dedos de uma só mão, ainda na década de 80, os estabelecimentos particulares que, desafiando a incompreensão dos pais, animaram-se a desenvolver estudos secundários mais completos, organizados em cursos seriados e regulares”.⁴¹

Em Campinas, os estabelecimentos secundários particulares, dos quais um feminino, o de Carolina Florense, e o “Internacional”, para ambos os sexos, são exemplos de colégios que, com o apoio da imprensa e dos setores dominantes da sociedade local, conseguiram realizar um plano de estudos inovador, não limitado aos preparatórios.

Poderia o Colégio “Culto à Ciência” ser entendido como a concretização de aspirações político-ideológicas desse grupo de republicanos? Teria a sua organização interna e o seu plano de estudos algum significado pedagógico inovador?

Propositamente, optou-se por tratar do “Culto à Ciência” em último lugar, visando, com isso, avaliar se e como — no caso do ensino secundário — os republicanos campineiros vieram a realizar, na prática, suas propostas educacionais.

Antes, porém, continuemos a discorrer sobre a atuação de seus fundadores.

2. Realizações na área da denominada “Instrução Popular”

Nos anos 80, os olhos destes homens estarão voltados para o ensino elementar “do povo”. E será a “Gazeta de Campinas”, em editorial de 28 de março de 1880, intitulado “Questões Sociais”, que falará dos novos empreendimentos:

“Desta vez é a causa da instrução popular que parece preocupar todos os espíritos e ter de receber neste generoso município invejável desenvolvimento. Vamos presenciar em um mesmo ano a inauguração de três escolas: uma (...) pelo sr. Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, nos baixos de sua casa de morada, outra há de funcionar no elegante edifício que faz atualmente levantar o venerando cidadão sr. Joaquim Ferreira Penteado, e a terceira que deve ser mantida por uma associação popular a que será entregue o “Monumento a Corrêa de

41. HAIDAR, M. L. Mariotto, *op. cit.*

Mello', edifício construído com o duplo fim de perpetuar a memória do ilustre botânico brasileiro e servir a causa da educação da mocidade. Três escolas para o ensino gratuito das crianças destituídas de recursos!"

A direção da escola criada pelo Comendador Joaquim Ferreira Penteado, futuro Barão de Itatiba, foi confiada ao Prof. Joaquim de Toledo, professor do Colégio "Culto à Ciência", do qual foi também diretor interino. Além das primeiras letras, oferecia aos alunos mais adiantados o ensino de português, aritmética, geografia, história pátria e até mesmo um pouco de francês.

A imprensa também estará presente nas festas da Escola "Ferreira Penteado" e não apenas através da "Gazeta", mas ainda representada pelos redatores da nova folha, o "Diário de Campinas".⁴²

Os filhos do Comendador J. Ferreira Penteado, criaram mais duas escolas e o Colégio Ferreira de Camargo, que teve como primeiro diretor o Pe. Fergo O'Connor de Camargo Daunt, auxiliado por Luis Augusto de Paula, "que mais tarde veio a ser preceptor dos filhos, do Conde d'Eu". Seu programa, segundo informações adquiridas por intermédio de J. L. Rodrigues, aproximava-se do programa do "Culto à Ciência".⁴³

O outro estabelecimento, criado pelo Barão de Ibitinga (filho e homônimo do Barão de Itatiba), a Escola "Ferreira Filho", de nível primário, funcionava nos mesmos moldes da "Ferreira Penteado", sendo dirigida pelo Prof. Francisco Ceslau de Moura.⁴⁴

A Escola "Corrêa de Mello", outra realização na área da instrução denominada "popular", será ardorosamente defendida pela "Gazeta de Campinas":

"(...) Vimos o plano das aulas e o consideramos digno da maior aceitação, ao menos como um ensaio. Acha-se ele dividido em dois cursos: no primeiro se ensinará a leitura, caligrafia e a prática das quatro operações fundamentais; no segundo, gramática portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil. É ainda um plano bem modesto, tão acanhado que não excede as raiais das nossas escolas públicas; mas é fora de dúvida que, se ele for conscienciosamente desempenhado, há de habilitar perfeitamente os alunos na parte propriamente elementar, preparando-os para se elevarem daí em diante na medida das forças e vontade de cada um. (...) A instrução elementar, o curso de primeiras letras, não deve já limitar-se a uma leitura gaguejada e quase inconsciente, nem satisfazer-se com uma escrita medonhamente incorreta. É preciso que na escola se aprenda ao menos sofrivelmente o português. (...) É necessário que a escola saiba abrir os espíritos para todas as empresas; que tenham em si própria elementos para preparar o futuro cidadão."⁴⁵

42. O "Diário de Campinas" que evoluiu de outro jornal denominado "A Mocidade", que depois se fez "Atualidade", para finalmente se transformar no "Diário", tinha como redatores Antônio Sarmento, Henrique de Barcellos, Gonçalves Pinheiro e Joaquim de Toledo. Henrique de Barcellos e Joaquim Toledo foram professores do "Culto à Ciência".

43. e 44. RODRIGUES, J. L., *op. cit.*

45. "Gazeta de Campinas", 8 de setembro de 1885.

A proposta inicial consistia em ser a Escola "Corrêa de Mello" mantida por uma "associação popular". No entanto, ao completar um ano de funcionamento passou a ser sustentada unicamente a expensas do Coronel Joaquim Quirino dos Santos, membro da Sociedade "Culto à Ciência", pai de Francisco Quirino dos Santos, dono da "Gazeta de Campinas".

Três anos mais tarde, exatamente em setembro de 1885, a "Gazeta" noticia o fechamento da escola. Em abril de 1886, Joaquim Quirino dos Santos comunica a reabertura do estabelecimento, agora mantido pela Associação Benemérita Circolo Italiani Uniti.

2.1. As Aulas Noturnas, uma realização da Maçonaria de Campinas: a "Sociedade Propagadora de Instrução"

A Loja Maçônica, fundada em 23 de novembro de 1867, com o título "Independência", funcionava sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, tendo criado e mantido, a partir de 1870, uma aula gratuita de ensino primário e uma biblioteca, a cargo do que denominaram "Sociedade Propagadora da Instrução". A Sociedade tinha por presidente Francisco Quirino dos Santos, que era também o Venerável da Loja Independência; por secretários João Braz da Silveira Caldeira e Francisco Glycério de Cerqueira Leite; por tesoureiro Joaquim Cândido de Almeida e por bibliotecário Joaquim Roberto Alves.⁴⁶

Francisco Quirino dos Santos, em editorial publicado na "Gazeta" de 23/12/1876, sob o título "Educação Popular", discorre sobre o funcionamento da aula noturna e os objetivos da Maçonaria:

(...) Não é somente a esmola que alimenta e cura; a ignorância é também uma doença, e essa doença para o pobre pode levar até a atrofia de todos os sentimentos pelos estragos com que ela invade a consciência sepultando entre as sombras fatais do erro e do vício os raios vívidos do entendimento. É preciso levar-lhes o bálsamo da instrução e isso é fazer uma grande esmola. (...) A educação é a garantia da família: a família é a base da sociedade. Nós que somos a grande família pela liberdade, buscamos assegurar no coração de todos os homens o convencimento dos seus direitos e dos seus deveres, a fim de que possam ver na harmonia desses princípios o ideal eterno e absoluto da justiça."

Em 1877, a aula noturna, tendo como professor o Sr. Bento Cunha, tinha 131 alunos matriculados, "sendo livres 115 e escravos 16, solteiros 129, casados 2; artistas 46, caixeiros 5, empregados 12, serviço doméstico 9, carroceiros 2, jornaleiros 5 e 1 empregado de agência".⁴⁷

Pela "Gazeta" de 25/2/1880 tem-se notícia de mais um curso aberto pela Loja Maçônica Independência, com as seguintes matérias: gramática

46. Almanaque de Campinas para 1871.

47. "Gazeta de Campinas", 4/2/1877.

da língua nacional, francês, geografia, aritmética, desenho linear e escrituração mercantil, lecionadas pelo Dr. J. P. Diniz.⁴⁸

“O método será quase todo prático, à semelhança do que é adotado pelos modernos educadores dos EUA e da Alemanha. Tal método é de suma vantagem para aqueles que, pelas suas ocupações diurnas só podem estudar à noite e não tem tempo para decorar regras e princípios abstratos.”

Se as Escolas “Ferreira Pentecado”, “Ferreira de Camargo” e “Ferreira Filho”, que levam o nome de seus fundadores, e a Escola “Corrêa de Mello”, criada por uma associação particular, visavam “o ensino gratuito das crianças destituídas de recursos”, as aulas noturnas da Maçonaria tinham um objetivo mais dirigido. Era sua finalidade atender não apenas a crianças mas, principalmente, a uma clientela adulta constituída de trabalhadores livres — “pobres operários da pesada e diurna faina da existência” — e que incluía ainda trabalhadores escravos.

3. *A Proposta e a Realidade: O Colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869-1892)*

Foi em 1869 que surgiu a idéia da fundação de um colégio na cidade de Campinas, nos moldes do “Culto à Ciência”, pelo fazendeiro Antônio Pompeo de Camargo, “homem de convicções seguras, destinado pelo seu caráter a personificar o tipo moral de uma época na terra que lhe serviu de berço (...) e que tratou de organizar uma sociedade constituída por pessoas gradadas, representadas por fazendeiros, industriais, comerciantes e alguns graduados pelas academias, com o objetivo de concretizar tão nobre e patriota idéia”.⁴⁹

O que não consta nas crônicas da época e se omite em estudos posteriores é que, além de fazendeiros dedicados ao plantio e à comercialização do café, além de industriais, comerciantes ou bacharéis, eram os idealizadores, organizadores e diretores da Sociedade “Culto à Ciência”, bem como todo o seu corpo docente, membros da Maçonaria.

Imbuída do espírito secularista, a Maçonaria republicana professa a ideologia liberal impregnada por uma heterodoxia cientificista (o darwinismo, o spencerismo, o materialismo), onde se misturam enxertos de uma visão positivista do mundo.

Proclamando a autonomia da razão contra a autoridade religiosa, autonomia do indivíduo frente ao Estado e, por extensão, a escola livre no Estado livre, a Loja Independência de Campinas — através de suas figuras centrais — reafirma a crença no poder da educação e da iniciativa

48. Foram também professores das aulas noturnas, em diferentes momentos, Martins Teixeira, Emílio Henking, Dorindo Prado, F. C. de Moura, Marcolino Leitão e H. d’Albuquerque.

49. PAULO, C. F. de, *op. cit.*

particular, criando o Colégio "Culto à Ciência": uma entidade de particulares, sem fins lucrativos, destinada ao ensino primário e secundário, o primeiro estabelecimento inteiramente leigo da cidade.⁵⁰

Se, como escola particular, se distinguia das outras pelo fato de a Sociedade mantenedora não visar a lucro pecuniário algum, como escola leiga, discrimina-se das demais, brasileiras, alemães ou americanas, que admitiam o ensino da religião católica, no caso das nacionais, ou moldavam-se de acordo com os preceitos religiosos seguidos pela cultura da colônia aqui radicada, por não aceitar a intromissão de assuntos religiosos em questões de ensino, o qual deveria ser ministrado, conforme os Estatutos, "sob o ponto de vista leigo, positivo e científico".

Para garantir a realização de tais propósitos, a diretoria da Sociedade "Culto à Ciência", composta apenas por maçons, determinou que fossem diretores e professores do colégio, todos eles, maçons professores. E, nesse caso, ser maçom significava ainda ser republicano convicto.

A vigência do critério político na escolha dos elementos diretores da Sociedade como do Colégio "Culto à Ciência", provoca comentários no jornal republicano de cunho independente, o "Diário de Campinas", que, na sua edição de 14 de novembro de 1880, aproveitando a eleição da nova diretoria, fará as seguintes advertências:

"(...) Temos ouvido falar em política quando se trata de eleger os membros da diretoria. Que tem a fazer a política aí? Que tem o pequeno interesse transitório dos partidos com a grande causa da instrução? Procure-se o homem dedicado, cheio de abnegação e de civismo, decididamente voltado ao derramamento das luzes pertença ele a qualquer dos partidos políticos. Liberais, conservadores ou republicanos são designações que pouco têm a ver com o ensino. As tricas subalternas da política só podem embaraçá-lo. O que se deve fazer é empregar esforços enérgicos, congruar opiniões, fazendo-as convergir para o mesmo escopo, pôr absolutamente de parte prevenções sem base as mais das vezes para que um futuro risonho coroe os desejos da Associação 'Culto à Ciência'(...)"

Mas, definitivamente, essa não era a posição do grupo republicano fundador do "Culto à Ciência". Para fazer parte da Associação, que em 1873 apresentava 116 sócios, não se fazia restrições de ordem ideológica. No entanto, o "batismo maçônico" era imperativo para aqueles que ocupariam a direção da sociedade e os cargos docentes do colégio.

Ser maçom parece significar o selo de uma aliança em torno da defesa de idéias e interesses comuns, que só seriam concretizados com a Proclamação da República. Esta hipótese é reforçada pelo fato dos mais altos

50. A Ata de 14 de março de 1884, da Loja Independência, ao tratar do falecimento de Antônio Pompeo de Camargo, registra seu voto de pesar pela morte do "idealizador do primeiro estabelecimento do Ensino de Campinas", isto é, o primeiro, de fato, no Império, criado por particulares sem fins lucrativos e inteiramente leigo.

graus da hierarquia maçônica pertencerem àqueles mais diretamente comprometidos com a propaganda e, posteriormente, com a construção do Estado Republicano. É o caso, por exemplo, de Campos Salles, Américo Brasiliense, Francisco Glycério, Jorge Miranda e Antônio Pompeo de Camargo, todos graus 33. Joaquim Bonifácio do Amaral, um dos mais ricos fazendeiros de Campinas, definia-se pelo Partido Liberal e, embora tenha sido, na prática, um forte aliado dos republicanos na localidade, apenas colava grau 09.

Outro aspecto a ser ressaltado são as constantes dificuldades financeiras da Sociedade "Culto à Ciência" que, pouco antes da República, se transformam em crises insuperáveis, até sua completa dissolução em 1891, na vigência da Estado Republicano. O fato de a Associação começar a declinar no momento em que é mais intensa a ação republicana faz supor que os seus criadores e mantenedores voltavam agora suas vistas para outras causas consideradas prioritárias, desviando seus interesses da esfera do ensino.

É possível afirmar, portanto, que o Colégio "Culto à Ciência" surge, principalmente, para reforçar a posição liberal expressa na defesa da liberdade de ação dos particulares, como parte de um projeto político mais amplo de reformulação na ordem vigente e construção de um novo Estado, onde o referido grupo alcançasse suas aspirações de mando.

Paralela e inseparavelmente, situa-se a aspiração do ensino laico, de um ensino independente da igreja e dos seus credos, assim como se deseja uma "igreja livre no Estado livre", fato de importância vital para os que defendem a causa do "imigrantismo", remédio para as grandes lavouras de café, carentes de braços baratos, que desestabilize o capital aplicado no braço escravo, capital que se ampliará em investimentos mais rendosos que "os novos tempos" fazem existir, seja na valorização da terra, no financiamento de novas plantações, na construção de vias férreas, na organização de instituições de crédito e até de estabelecimentos industriais no campo da fiação e tecelagem. Como setores interessados no desenvolvimento da imigração, sentiam as dificuldades resultantes de ser a religião católica declarada a religião do Estado e pleiteavam a separação da Igreja do Estado.

E foi, particularmente, através da Maçonaria, que empreenderam a luta pela secularização do país, compreendendo ser este o passo inicial e definitivo para a implantação da república e a completa liberalização dos costumes.

Como já se afirmou anteriormente, a análise da composição dos membros da Diretoria da Sociedade "Culto à Ciência" mostra que os fundadores do colégio além de assumirem a direção da Maçonaria, criando ao mesmo tempo jornais para difusão do debate político ("Gazeta de Campinas" e "A Província de São Paulo") e, mais tarde, o Partido Republicano, sua

feição local, o Clube Republicano de Campinas, foram também os organizadores e diretores do Clube da Lavoura (dos seus 45 elementos, 23 pertenciam à sociedade "Culto à Ciência").⁵¹

É interessante observar que se, entre os fazendeiros, muitos eram bacharéis conciliando suas atividades agrícolas com as de advogado, jornalista e professor, mesmo aqueles que, por origem, não pertenciam ao setor agrário, a ele vieram se lidar numa proximidade que a Faculdade de Direito fortaleceu e desenvolveu através do "convívio dos moços"; que estes elementos de Campinas, já no tempo de academia (na qual muitos foram, inclusive, contemporâneos), unidos por idéias comuns, por aspirações liberais, as quais recebiam os ares renovadores de uma Europa conturbada pelas convulsões e mudanças sociais, ali iniciaram a sua militância antimonárquica, definindo-se pela República.

A comissão encarregada de elaborar os Estatutos da Sociedade "Culto à Ciência" foi composta por Jorge Miranda, Manuel Ferraz de Campos Salles e Cândido Ferreira da Silva Camargo, que pertenciam à Comissão de Justiça da Loja Independência de Campinas.⁵²

Os membros da primeira diretoria provisória foram todos escolhidos no seio da Loja Maçônica: Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba — presidente; Joaquim de Souza Aranha, Joaquim Quirino dos Santos, Jorge Guilherme Henrique Krug e Antônio Pompeo de Camargo.

Em abril de 1873 é lançada a pedra fundamental do colégio. Na ocasião foi eleita a nova diretoria da Sociedade, composta por Joaquim Bonifácio do Amaral, Antônio Pompeo de Camargo, Guilherme Krug (construtor do prédio), Joaquim José Vieira de Carvalho, Américo Brasileiro de Almeida Mello.

A composição da diretoria foi modificada várias vezes. Em 1876 farão parte dela Luis Antônio Pontes Barbosa e Bento Quirino dos Santos. Entre aqueles que participaram da diretoria estão, entre outros, Carlos Egídio de Souza Aranha, Francisco Glycério, Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra, Manuel Ferraz de Campos Salles, Francisco Alves de Almeida Salles.

Os primeiros diretores do colégio foram os maçons Daniel H. Uhlman e Boeschestein (que dirigia um colégio em Araraquara). Também assumiram

51. No momento da organização do Clube dos Lavradores, os republicanos compõem com os conservadores. O Barão de Atibaia, aclamado presidente do Clube, é um dos líderes do Partido Conservador em Campinas. A esse respeito é preciso notar que no jogo político econômico será a aliança entre a vanguarda dos fazendeiros da região de Campinas, o setor imigrantista e republicano, e a ala do Partido Conservador, representada por Antônio Prado (líder do setor imigrantista da lavoura mais nova do Oeste Paulista), que tornará possível o controle político administrativo da Província de São Paulo em fins da década de 80 e a instauração da grande imigração subvencionada.

52. Os dados referentes à Loja Independência, foram retirados do trabalho de COSTA, José Carlos Semedo, "O Clima Ideológico sob o qual nasceu o Colégio 'Culto à Ciência'", mimeog., PUC, Campinas, s/d.

a direção da escola o Sr. Francisco Xavier Moretzsohn (1874), o Prof. Melquíades da Boa Morte Trigueiro (1878), Alfredo Campos da Paz (1880), Isidoro Pinho (1881), Joaquim Toledo (1882), José Nápoles de Menezes (1882), Amador Bueno Machado Florense (1884), Jorge Miranda (1886) e Hipólito Pujol (1888).

Fizeram parte do quadro docente, entre outros, Amador Bueno Florense, Henrique de Barcellos, Antônio Martins Teixeira, João Bentley, João Alberto Salles, João Vieira de Almeida, João Kopke, Hipólito e Alfredo Pujol, Diogo Pupo, Rocha Fragoso.

Com relação à organização administrativa e pedagógica do Colégio, é necessário considerar que, no quadro de hierarquias traçado pelos Estatutos, a diretoria da sociedade detém o poder decisório e o diretor da escola, apesar de responsável pela elaboração do regimento interno, dos métodos e programas de ensino, não passa de mero executor de ordens, o elo intermediário necessário à execução prática das decisões tomadas pela sociedade, na medida em que até as questões disciplinares e pedagógicas, para vigorarem na escola, deveriam ser submetidas aos critérios de avaliação da sociedade diretora. Quanto aos professores, tudo indica que não participavam nem da elaboração do programa de ensino de sua própria matéria, que era um encargo pessoal do diretor. A eles cabia apenas seguir as orientações "a priori" determinadas.

Conforme fazem supor os Estatutos, era objetivo da sociedade "Culto à Ciência", ao criar o colégio, organizar os estudos secundários de forma a compreenderem somente as matérias exigidas, pelo governo do Império, nos exames preparatórios das faculdades do país.

Como afirma Mariotto, "o ensino ministrado no Colégio Pedro II foi... durante o Império um padrão ideal. O padrão real forneceram-no os preparatórios e os exames parcelados".⁵³

O "Culto à Ciência" não constituiu exceção, aderindo ao sistema parcelado e limitando se programa de estudos às disciplinas preparatórias.

Pela relação das matérias que compõem o curso secundário, percebe-se o caráter predominantemente humanístico e literário do programa de ensino em vigor no "Culto à Ciência".

Infelizmente, são precárias as informações obtidas sobre a montagem dos cursos e, apesar de, na Monografia Histórica do "Culto à Ciência", o Prof. Carlos F. de Paula afirmar que o Prof. João Kopke lecionou história natural, providenciando a montagem, no colégio, de um laboratório de física importado dos EUA, não se encontrou nenhum documento que confirmasse tal dado e os currículos localizados não mencionam a introdução desta disciplina no plano de estudos do colégio.

53. MARIOTTO, M. L., *op. cit.*

Portanto, apesar dos responsáveis pela criação e manutenção do colégio serem republicans, defensores dos princípios liberais cientificistas, proporem um ensino administrado nos moldes positivo e científico, com a introdução de matérias "científicas" como a química, a física e a biologia ao lado das aulas de "humanidades", e apoiarem financeiramente e pela imprensa as realizações deste tipo, como é o caso do Colégio "Internacional", parece que não avançaram — em seu próprio colégio — para a concretização prática destas propostas, pelo menos nos tempos do Império.

Por outro lado, é possível supor uma certa renovação dos métodos de ensino das línguas e, principalmente, no estudo da geografia, da história e da filosofia, na medida em que, compondo o quadro docente do colégio, encontramos pessoas como Júlio Ribeiro, depois substituído por João Alberto Salles nas cadeiras de geometria e filosofia, aritmética e álgebra; Henrique de Barcellos, professor de português e francês, e João Kopke ensinando história, geografia e inglês.

Assim como Sylvio Romero, professor de filosofia do Pedro II a partir de 1880, influenciou decisivamente na renovação das concepções de ensino, introduzindo, naquela escola, as idéias cientificistas do século, também homens como João Kopke, Júlio Ribeiro e Alberto Salles, de convicção positivista heterodoxa, não poderiam deixar de imprimir uma nova atitude intelectual em suas atividades educativas.

A seleção rigorosa do corpo docente, obedecendo a critérios políticos e ideológicos, foi a maneira eficaz da Sociedade "Culto à Ciência" garantir o caráter "positivo e científico" da educação de sua clientela escolar.

Embora o seu programa de ensino não se desenvolvesse em um número determinado de anos de estudos ordenados, como era o caso do Pedro II, com um curso secundário organizado em sete anos de estudos seriados, simultâneos e regulares, no "Culto à Ciência" não se admitia a frequência livre, isto é, alunos avulsos que se matriculavam na matéria ou matérias que quisessem, na ordem que desejassem. Os alunos, obrigados a realizar estudos regulares, de frequência obrigatória, só poderiam se expor aos exames preparatórios da Faculdade caso fossem considerados aptos pelos professores das respectivas matérias que frequentavam, isto é, depois de aprovados nas provas realizadas no colégio.

Nos frequentes artigos de propaganda e nos boletins diários que, a partir de 1883, apresentavam a frequência e o aproveitamento dos alunos, publicados pela imprensa, há a preocupação constante de relacionar os alunos aprovados nos exames parcelados e os que concluíam os preparatórios. Destes últimos, a maioria absoluta matriculava-se na Academia de Direito de São Paulo.

Em 1879, com o título de "Estatística Interessante", a "Gazeta de Campinas" apresenta um levantamento sobre "o número de campineiros

formados em diversas ciências e os que se acham ainda estudando em academias não só do Império como do estrangeiro”.

“Formados em: Direito — 25; Medicina — 3; Farmácia — 5; Engenharia — 3; Agricultura — 1; Clérigos — 6. Acham-se estudando: na Academia de São Paulo — 12; na Medicina do Rio de Janeiro — 1. Em Academias estrangeiras: U.S.A. — 3; Bélgica — 3; França — 4; Alemanha — 1. Sem contar o maestro Carlos Gomes.”

Constata-se que os fazendeiros, que almejam fazer de seus filhos doutores, aspiram antes de tudo torná-los bacharéis.

Esta estatística irá se alterar nos próximos anos, com o aumento sensível do número de jovens das categorias dominantes locais que se dirigiam aos cursos superiores. A quantidade de alunos do “Culto à Ciência” que terminavam os preparatórios e se matriculavam na Faculdade de Direito faz supor que a discrepância entre o número de bacharéis e o de outras profissões tende a aumentar, confirmando ser o bacharelismo um dos traços marcantes da oligarquia agrária paulista.

Generalizou-se a crença de que apenas o bacharel em direito, pelo tipo de formação recebida, estava apto para exercer as funções dirigentes. A esse respeito manifesta-se Vicente de Carvalho: “O bacharel não era apenas o advogado, ou juiz ou juriconsulto. Era procurado, ou aceito, para ser, na imprensa, o que tudo sabia escrever e dissertar; nos partidos políticos, o chefe, no parlamento, o deputado ou o senador”.⁵⁴

Com a República, em 1889, uma nova fase se divisava ao grupo fundador do “Culto à Ciência”. Nos anos que se sucedem imediatamente à Proclamação da República, a burguesia agrária paulista enfrentará um período crítico de luta pelo poder, esforçando-se por contornar as divergências internas que se expressam nas dissidências partidárias e por superar as oposições localizadas principalmente no setor militar.

A atividade dos principais responsáveis pelo funcionamento do colégio estará concentrada no impasse político. Francisco Glycério, o único dos “chefes” republicanos, ainda exercendo função administrativa na associação “Culto à Ciência”, será encarregado pelos paulistas de organizar as bases do Partido Republicano a nível nacional. Será o presidente do Partido Republicano a nível federal.

Estes acontecimentos, como se verá, terão conseqüências na vida da instituição escolar em estudo.

No entanto, antes do precipitar dos fatos, a sociedade “Culto à Ciência” sentiu o impacto renovador que a República prometia.

54. CARVALHO, Vicente de — “Dois Discursos e uma Carta”, p. 22, cit. por NADAI, Elza, “O Ginásio do Estado em São Paulo: Uma Preocupação Republicana (1889-1896). Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1975.

Em dezembro de 188, toma posse do cargo o novo diretor do colégio, o Sr. Hipólito Pujol.

O funcionamento da escola, no ano de 1889, é prejudicado pelo surto de febre amarela que flagela a cidade de Campinas.

Com 115 alunos matriculados, a escola é obrigada a interromper as aulas para reabri-las apenas em junho de 1890, Segundo o relatório do diretor, em 1891, estavam matriculados 116 estudantes, dos quais 22 gratuitos e 7 internos.

Tenha o surto epidêmico atrasado ou não a reforma do "Culto à Ciência", a verdade é que só em 1890 modifica-se o regimento interno e formula-se um novo plano "de educação moral, física e intelectual" para serem postos em vigor no colégio.

Na introdução do plano de estudos, que antecede a exposição de motivos, torna-se patente o objetivo de fazer do "Culto à Ciência" uma escola modelo para as futuras reformas republicanas no âmbito da instrução estadual e federal:

"No meio do trabalho de reorganização do nosso país e entre os meios de o elevar à conquista do seu lugar entre as primeiras nações do mundo, há um sobre que andam de acordo todos aqueles que se ocupam com as grandes questões sociais, isto é, a reforma da Educação. (...) Vamos pôr o ensino primário e secundário em harmonia com as exigências da sociedade moderna, provocando o Governo e a opinião pública a interessar-se real e seriamente para todas as questões que se referem ao nosso caduco sistema de educação. (...) Tentativas sucessivas de reforma incessantemente emendadas e logo abandonadas, nada conseguiram senão provocar uma longa crise cuja solução, ainda esperada, fica incerta e inquietadora, quando fora tão fácil (adotando nessa questão o método experimental) a criação de um Colégio modelo onde se observassem os resultados ulteriores, o valor de uma reforma sensata."

Abandonando o sistema fragmentário dos estudos preparatórios, o plano de ensino propõe que, no colégio, os estudos sejam organizados de forma a compreender três séries ou cursos diferentes que deverão manter entre si relações de continuidade. Entretanto, "o aluno que tiver concluído qualquer dos três cursos que constituem o Curso Integral, receberá um diploma".

O curso primário ou 1.^a série de ensino compreende dois graus, com duração de dois anos; o curso intermediário ou secundário especial, a 2.^a série do ensino, com durabilidade de quatro anos, destina-se a fornecer "conhecimentos úteis e práticos para aqueles que se destinam ao comércio, agricultura e indústria ou às carreiras liberais"; o curso secundário clássico ou 3.^a série de ensino, de quatro anos, para aqueles que se destinam às carreiras liberais, para a obtenção dos graus nas ciências e letras.

A organização curricular do curso secundário reflete o tradicional conflito a respeito do peso a ser conferido às disciplinas concernentes ao

humanismo clássico e àquelas relativas ao ensino científico, mais moderno. Nota-se, entretanto, que Pujol cede grande espaço às disciplinas "científicas" procurando adaptá-las às características locais.

O curso secundário especial tem por objetivo iniciar os alunos em uma formação especializada no comércio, na indústria e, com ênfase especial, na agricultura, que teria continuidade no Instituto Agrônomo de Campinas.

O programa de estudos de H. Pujol, ao propor a diversificação dos estudos secundários com a introdução de um nível intermediário, de caráter profissionalizante, comum a todos, exprime no plano pedagógico e social a sua tendência democratizadora.

Por outro lado, o ensino secundário clássico em continuidade aos estudos intermediários, de cujo programa se eliminam as disciplinas técnicas e se privilegia o ensino das ciências "puras" e das "humanidades", reafirma a concepção aristocrática e seletiva do conteúdo e da difusão da cultura. Esse ramo de ensino continua elitizado, mera etapa intermediária aos cursos superiores.

Hipólito Pujol dirá claramente:

"O ensino primário é necessário a todos.

O ensino intermediário, ou secundário especial, é necessário a maior número.

O curso secundário clássico, não convém senão a certa classe da sociedade."

Trata-se, na verdade, de conciliar os ideais democráticos da propaganda republicana e as exigências de uma sociedade fortemente hierarquizada.

Curta foi, porém, a vigência desse programa no Colégio "Culto à Ciência". Apenas dois anos, tempo insuficiente para que fosse implantado integralmente.

A escola vai fechar suas portas em 1892. As alegações dos diretores da sociedade "Culto à Ciência" sobre o seu desaparecimento referem-se às dificuldades econômicas, à falência da sociedade.

Mas, até aquele momento, as constantes crises financeiras sempre puderam ser superadas. Pode-se supor que, também desta vez, seria possível sanar os débitos se os mantenedores do colégio assim o quisessem. No entanto, parece que não era esse o seu desejo.

O desaparecimento do colégio como entidade particular ocorre no justo momento em que as frações oligárquicas em luta com os setores militares conseguem sair-se vitoriosas e alcançam a hegemonia política nacional.

Em 1896 o "Culto à Ciência" volta a funcionar como Ginásio Estadual.

Uma hipótese a considerar é a de que uma vez ocorrida a identificação entre o Aparelho do Estado e essa classe dirigente realizadora do Colégio "Culto à Ciência" nada mais lógico do que passá-lo às mãos diretas do Estado.

4. *A Educação e o Projeto de Liberdade*

Na fase da sua elaboração, como saber que se institui, a fala republicana surge para traduzir as novas necessidades geradas pelo crescimento e complexidade da economia nacional e toma por alvo crítico as principais características da economia colonial. Batendo-se contra o protecionismo, os privilégios descabidos, o centralismo autoritário, a miséria popular, o analfabetismo, pugnando pela substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu (entendido como "agente civilizador"), denunciando a farsa democrática do governo monárquico onde não há espaço político para a manifestação popular, a *proposta* liberal cientificista propõe-se como democrática e visa estabelecer a liberdade em todas as esferas da realidade.

O lugar de expressão visível da ausência maior de liberdade era aquele relativo à política da instrução pública.

O analfabetismo generalizado e o baixo rendimento escolar são interpretados como a negativa da política imperial em estabelecer a igualdade verdadeira através da instrução, conservando o povo na ignorância e impedindo-o, como afirmava Campos Salles, de "entrar na órbita do bem" pela "emancipação da consciência".⁵⁵

No entanto, os interesses econômicos do grupo republicano impõem limites às suas propostas políticas.

Os objetivos liberais democráticos foram traçados pelo dono da propriedade e por isso a distância entre as afirmações e a realizações práticas é muito grande.

As condições econômicas e sociais do Brasil na época do surgimento do ideário liberal republicano, ao mesmo tempo que tornaram possível seu aparecimento impuseram-lhe limitações.

Os limites democráticos da proposta republicana ficam mais claros quando se coloca a questão do trabalho.

Embora a fala republicana, no momento de sua instituição, tenha — por oposição ao governo monárquico — se colocado como democrática ao propor o estabelecimento da liberdade em todas as esferas da sociedade e a realização da igualdade através da ampliação dos direitos da cidadania às classes subalternas, tais propostas não chegaram a se concretizar na prática.

55. SALLES, M. F. de Campos — "Um Contraste", "Gazeta de Campinas, 12/6/1873.

Na verdade, na República, as classes subalternas constituídas “pelos ex-escravos destinados ao subemprego urbano e (pelos) colonos imigrantes destinados à escravidão no campo” e, ainda, pelo trabalhador nacional livre, em estado de abandono e penúria, ficaram excluídas dos direitos da cidadania, não foram alcançadas pelos direitos civis.⁵⁶

O trabalhador imigrante de zona urbana, por exemplo, foi submetido a relações de trabalho definidas pelo Código Civil, como simples prestações de serviços, sem quaisquer direitos sociais, seja aposentadoria, pensão ou coisa parecida.

Os republicanos necessitaram, na sua prática econômica, da representação jurídico-política da liberdade e da igualdade, mas de uma liberdade e de uma igualdade formais, destituídas das condições materiais efetivas para a sua realização.

No momento de sua instituição a propaganda republicana coloca como fundamental, para a legitimação do Estado Republicano, alicerçado no “sufrágio universal”, a formação do cidadão, a sua educação.⁵⁷

A igualdade, no discurso liberal, pretende-se uma igualdade política, assegurada pela representação dos interesses discordantes e das opiniões divergentes no espaço político. E por isso se bateram os republicanos. Por isso sua ênfase na obrigatoriedade do ensino primário e na sua gratuidade.

Com relação ao secundário, os republicanos, através da liberdade do ensino, procuram impedir a sua monopolização pelo Estado Monárquico. Disputaram com o governo do Império o controle deste ramo de ensino porque entendiam ser ele necessário à formação da nova elite dirigente para o Estado Republicano. Por isso, a Constituição de 1891, com a descentralização, consagrou a dualidade do sistema de ensino que vinha desde o Império e referendou o controle do secundário pelo Governo Federal. Por isso, também, a importância atribuída ao ensino laico: a laicidade deveria promover a união dos cidadãos, favorecer o crescimento do espírito positivo e republicano.

A preocupação maior com o programa de ensino no “Culto à Ciência” era a de que fosse transmitido dentro do “espírito laico, científico e positivo”. Mas, como foi visto, este programa não continha maiores inovações. O plano de estudos da escola reproduz as matérias exigidas nos preparatórios para as academias.

Outros colégios, como o “Internacional”, apresentaram um plano renovado de ensino, mais moderno, mais voltado ao estudo das disciplinas científicas e das línguas vivas. Mas, não este colégio de republicanos.

56. TRAGTENBERG, M. — “Constituinte Para Que?”, “Folha de S. Paulo”, 8/6/81.

57. Na Constituição de 1891, ficaram impedidos de votar os mendigos, os analfabetos, as mulheres e os soldados.

Se após a Proclamação da República ocorreram mudanças educacionais significativas no "Culto à Ciência", visando dar ao curso secundário um caráter formativo e, até mesmo, profissionalizante, essas mudanças não chegaram a ser implementadas integralmente pois, em 1892, o colégio deixa de existir.

Isso parece indicar que o ensino secundário, tal como estava organizado, como etapa preparatória aos cursos superiores, contentava o grupo republicano em estudo.

É verdade que os republicanos ampliaram o ensino primário no Estado de São Paulo, mas o mesmo parece não ter ocorrido a nível nacional. A vitória do federalismo acentuou as disparidades regionais, aprofundando as desigualdades sócio-econômicas e culturais das diversas regiões do país.

De fato, a República não realizou transformações substanciais na estrutura econômica e social do país e, portanto, também não poderiam ocorrer grandes mudanças na organização da instrução pública.

ABSTRACT: The purpose of this study is to examine schooling in Campinas, during the last decade of nineteenth century so as to show it as part of the general political strategy of a group of representative of higher income brackets of a dominant class (owner of coffee plantation in Western part of the State) having been put aside from the center of power hoped to lay hand on it with the coming of the Republic.

The text is divided into two parts. In the first, after a quick overview of the education in the Province of São Paulo, an analysis of public and private schooling in Campinas is provided. In the second part, the purpose is to investigate the educational activity of republicans with respect to the organization and functions of "Culto à Ciência" a middle level private institution founded by them in 1874.

KEY-WORDS: Private school. Secondary school. Republican political project.
